



O expressivismo metaético e alguns de seus problemas

Idia Laura Ferreira

Como citar: FERREIRA, Idia Laura. O expressivismo metaético e alguns de seus problemas. *In:* CECON, Kleber; PEREIRA, Reinaldo S; MARQUES, Ubirajara R. de A. (org.). **Amizade e sabedoria:** Festschrift em homenagem a Antonio Trajano. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.47-58. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-567-4.p47-58>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O expressivismo metaético e alguns de seus problemas

*Idia Laura FERREIRA*¹

A tarefa da metaética é, em seu sentido mais geral, explicar a experiência da moralidade. Tal experiência, o pensamento e a prática da moralidade têm por características alguns aspectos centrais: o pensamento moral parece ser caracterizado por estados mentais identificados a crenças, ou seja, quando estamos envolvidos em demandas morais o que parece estar em jogo são demandas objetivas que não dependem de nossos interesses pessoais, cuja verdade/falsidade pode ser comprovada no mundo; e a prática da moralidade está imbuída de demandas subjetivas,

¹ Centro de Ética e Filosofia da Mente/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ/Rio de Janeiro/RJ/Brasil/ilfe64@gmail.com.

ou seja, que envolvem nossas emoções e desejos, e essas demandas são intrinsecamente motivadoras.

Em termos próprios, em uma descrição geral, a moralidade faz uso de uma linguagem proposicional cuja semântica denuncia pretensões à objetividade e, fenomenologicamente, sentimos reconhecer uma autoridade que se sobrepõe a nós ou a nossa subjetividade e, ao mesmo tempo, reconhecemos um aspecto pró-ativo nas demandas caracteristicamente morais. Os teóricos da metaética têm-se desdobrado para explicar, sem prejuízo da fenomenologia ou de nossas intuições mais arraigadas, os aspectos metafísicos, semânticos e epistemológicos que caracterizam a moralidade. Por metodologia iniciarei nomeando com o termo geral “não-cognitivista” as teorias irrealistas/expressivistas, o que significa que estamos, em primeiro lugar, falando de teorias que afirmam que o estado mental associado ao pensamento e expressão morais é um estado diferente de crenças.

Por fornecer uma explicação irrealista ou não representacionista da moral, o não-cognitivista (expressivista/*quasi*-realista) precisa fornecer, sobretudo, uma explicação epistemológica, metafísica e semântica do discurso moral. Por exemplo, fornecer uma explicação alternativa ao paradigma da semântica de condições de verdade, lidar com a fenomenologia da normatividade na questão dos valores, explicar a metafísica envolvida nos juízos morais e assim por diante.

Por definição, o não-cognitivista está comprometido com o ponto de vista de que uma descrição completa do que existe no mundo não mencionaria qualquer propriedade valorativa. Para afirmar que somente certas coisas e propriedades figuram na reconstrução completa da realidade é preciso ter um modo de determinar o que incide em qual lado da divisão entre aparência e realidade. O não-cognitivista, por isso, deve prover alguma explicação baseada em princípios do que figuraria nessa explicação completa da natureza da realidade e o que seria excluído. Uma das questões prementes na explicação da moralidade é o entendimento da natureza e origem dos juízos normativos, e nesta questão o naturalismo é a visão adotada pelas principais teorias metaéticas. E embora afirmem que juízos morais não expressam crenças, as teorias não-cognitivistas mais sofisticadas assumem a prescritividade objetiva da moral, a exemplo do *quasi*-realismo

de Blackburn, (assim como a teoria do erro de Mackie, que é irrealista ontológica). De fato, a metaética inicialmente pode ser sistematizada por quatro linhas de abordagem epistemológica que têm teorias atreladas que podem ser chamadas de realistas ou irrealistas acerca da moralidade. O não-naturalismo e o naturalismo são entendidos como teorias realistas, ao passo que o ficcionalismo (descendente da teoria do erro) e o expressivismo são irrealistas. Mas essa classificação funciona para teorias anteriores ao *quasi-realismo*, como veremos.

Na questão semântica, tendo rejeitado a ideia da realidade moral, de verdade moral e de fatos morais, o não-cognitivista sustenta também que proferimentos morais não podem ser enunciados, ou não são *meramente* enunciados. Ele precisa, então, oferecer uma reconstrução positiva da função da linguagem moral. Nesta reconstrução, a divisão fato e valor encontra sua expressão linguística em uma distinção entre dois tipos diferentes de proferimento ou ato de fala: descrever e valorar. O primeiro está ligado à noção de um enunciado. Desse modo, ao descrever algo declaro como as coisas *são* (sendo assim, um enunciado é a expressão natural de uma crença). Ao valorar, damos expressão não às nossas crenças, mas às nossas atitudes: valorar algo é avaliar isso favorável ou desfavoravelmente, não estamos simplesmente descrevendo os fatos, mas reagindo a eles. O propósito da valoração parece ser prover orientação sobre o que escolher e está intimamente relacionado com aconselhar ou ordenar, ou seja, *prescrever* algum curso de ação. Esta ideia traduz perfeitamente o que a moralidade parece fazer.

Como sabemos, teorias semânticas referencialistas contam com a semântica de condições de verdade para explicar o significado de qualquer termo na linguagem natural. As teorias expressivistas precisam desenvolver uma semântica que dê conta do significado não só dos termos morais, mas também dos termos não morais, já que a semântica para ambos deve ser a mesma. A semântica expressivista enfrenta o que alguns autores denominam o *desafio da diferenciação*, para explicar, dentre outros, a inconsistência na ausência de condições de verdade em casos paradigmáticos como o da negação.

O principal desafio para a semântica expressivista é aquele que se convencionou chamar de “o problema Frege-Geach”. Para alguns críticos, a objeção Frege-Geach é essencialmente uma objeção sobre a impossibilidade da semântica expressivista de ter indicadores de força no escopo de conectivos sentenciais. E o problema geral para os expressivistas é que termos normativos e conectivos sentenciais podem ocorrer no âmbito uns dos outros. Portanto, eles, os expressivistas, têm de mostrar como isso é possível, preservando os vínculos (*entailments*) intuitivamente óbvios, que diferem de acordo com a ordem de escopo. A semântica deve capturar corretamente a variação dos âmbitos que são possíveis quando conectivos interagem com termos normativos. Isso sem falar nas ocorrências mistas em sentenças complexas, de sentenças que misturam termos normativos e termos factuais. Trocando em miúdos, a semântica expressivista enfrenta o que alguns autores denominam o *desafio da diferenciação*, para explicar, por exemplo, a inconsistência na ausência de condições de verdade em casos paradigmáticos como o da negação. Para ilustrar tomemos o argumento:

(1) Matar é errado

é inconsistente com

(2) Matar não é errado

Mas como diferenciar este de

(3) Não matar é errado.

O problema se resume na dificuldade, para a explicação do expressivismo, de dar conta do fato de que os termos normativos possuem, por vezes, um escopo subordinado. Isto é, em (2) a negação tem escopo amplo e o predicado ‘errado’ um escopo estreito. Em (3) ocorre o inverso. A questão direcionada ao expressivismo é como ele pode fornecer um significado de (2) e depois distingui-lo de (3), ou seja, uma explicação de como termos normativos podem ocorrer dentro do escopo relevante do operador— uma explicação que distingue esse caso do caso em que o operador ocorre subordinadamente. Esta é apenas uma das ressalvas à semântica expressivista, para cada um dos conectivos sentenciais lógicos há ressalvas relevantes.

Nenhuma resposta expressivista até agora parece oferecer uma aplicação válida para o *Modus Ponens* em nenhum dos casos. Muito se pode dizer sobre o problema da semântica expressivista, e, de fato, esta é a mais difícil questão que envolve a noção não-cognitvista/expressivista. Mas não é apenas na semântica que as teorias expressivistas encontram dificuldades.

Uma solução simples apresentada pelo não-cognitvista para explicar o uso que fazemos quando falamos de opiniões morais como sendo verdadeiras ou falsas, ou seja, uma forma de legitimar o nosso discurso comum é: responder ao que alguém diz afirmando “Isso é verdade” tem uma função realista (prática) de exprimir anuência com o falante. Isso é válido tanto quando o falante está exprimindo uma crença como quando exprime uma atitude. Assim, exprimir anuência em atitude é uma forma de *falar* de atitudes morais como sendo verdadeiras ou falsas. Ao fazer uso dessas expressões, estamos exprimindo nosso assentimento ou rejeição sobre as atitudes em questão.

São platitudes para o expressivista que proferir um juízo de valor é, além de realizar um enunciado, exprimir aprovação ou desaprovação. O expressivismo não está comprometido com o ponto de vista de que, desde que um proferimento moral exprima uma atitude, ele não pode exprimir uma crença. Ele pode fazer ambos. O que distingue um juízo puramente factual de um juízo de valor é que o primeiro é somente uma crença, ao passo que o último envolve sustentar uma atitude assim como ter uma crença. Expressivistas afirmam que existe uma conexão entre sua teoria, segundo a qual termos valorativos têm um tipo especial de significado e seu ceticismo sobre a possibilidade de se justificar um ponto de vista avaliativo. Além disso, segundo a ‘Lei de Hume’², nenhuma classe de premissas factuais pode acarretar uma conclusão valorativa.

Outra platitude aventada pelo expressivismo é que uma relação de acarretamento (quando a aceitação de uma premissa depende de outra) entre duas proposições é frequentemente tida como repousando no sig-

² A Lei de Hume afirma que não se pode derivar um “deve” de um “é”. A propósito da prática comum, especialmente em escritos morais, de fazer a transição automática de declarações afirmativas do tipo “é” para fórmulas do tipo “deve ser” e “não deve ser”, onde estas últimas expressam novas relações que precisam ser explicadas e não tomadas como implicações, Hume exige a apresentação de uma razão para esta nova relação deduzida entre coisas inteiramente diferentes entre si.

nificado. Desde que isso se dê, o expressivista pode usar a divisão entre significado descritivo e significado valorativo para explicar e justificar sua afirmação de que existe um abismo, o qual nenhuma relação de acarretamento pode jamais fechar. No caso de um argumento com premissas factuais e uma conclusão valorativa, as premissas somente terão significado descritivo, mas a conclusão, além do significado descritivo, terá também significado valorativo. A alegação de que existe um abismo entre fato e valor revela-se como sendo o reflexo, em termos de lógica, da alegação de que aceitar uma classe de crenças não obriga o indivíduo a assumir qualquer atitude particular.

A reconstrução expressivista da linguagem moral reforça a negação de que possa haver verdade *moral*: se avaliar é pensado como sendo mais proximamente relacionado com ordenar ou aconselhar do que com enunciar ou descrever, então há razões adicionais para dizer que a teoria não deixa espaço para a verdade moral. Um enunciado ou descrição é sempre avaliável na dimensão do verdadeiro ou falso. Se um proferimento não pode ter um valor de verdade, ele não é um enunciado.

A teoria semântica adotada em qualquer visão que se proponha a explicar a moralidade (na forma de seus termos e expressões) fornece ferramentas para explicação de significados, mas também impõe as limitações inerentes à própria teoria. Teorias semânticas descritivas dizem ‘o que’ os termos significam, no caso de teorias semânticas descritivas de termos morais fornecem o significado dos termos morais. A visão realista da moralidade utiliza a teoria semântica descritiva que se apoia em condições de verdade que tem como princípio que: “Uma teoria semântica descritiva precisa providenciar uma caracterização recursiva e composicional dos valores para sentenças o qual determina as condições de verdade de cada sentença” (Schroeder, 2008).

Teorias expressivistas, por outro lado, pregam que uma teoria semântica descritiva adequada não precisa de maneira nenhuma determinar condições de verdade, precisa apenas associar recursivamente e composicionalmente cada sentença ‘P’ a um estado mental—intuitivamente, àquele estado que se constitui o que é pensar que P. Neste sentido, o expressivismo está mais interessado em dizer ‘por que’ os termos significam o que significam. Este

é um aspecto meta-semântico dos termos morais, especificamente. Como vimos anteriormente, para o expressivismo (não-cognitivism), o estado mental expresso por uma sentença moral não é uma crença, mas sim um desejo (ou qualquer estado *desire-like*).

Na teoria semântica adotada pelo não-cognitivism tradicional e herdada pelas teorias mais sofisticadas até o expressivismo, o significado dos termos e sentenças morais é dado pelos contextos de condições de uso.

Quando o expressivismo afirma que o significado da linguagem moral, tal como a utilizamos, não se apoia em condições de verdade porque seus termos e sentenças não expressam crenças, ele está se comprometendo em fornecer ‘como’ os termos morais podem ter um significado diferente dos termos não morais, se, de fato, eles não parecem ser em nada diferentes, já que aparecem em enunciados exatamente da mesma forma que os termos não morais. O problema Frege-Geach para o não-cognitivist é o problema de como pode ser isso—como palavras morais podem ter significados que se comportam tais como os significados de palavras não morais, em termos de sua contribuição para o significado de sentenças complexas nas quais elas aparecem, se elas realmente têm, subsumidamente, um tipo muito diferente de significado.

A empreitada puramente irrealista do expressivismo da explicação da moralidade acarreta um crescendo de problemas que culmina com a descaracterização do próprio objeto da explicação, no caso a linguagem natural.

Por outro lado, se o não-cognitivism não deseja arcar com os problemas advindos do distanciamento artificial da linguagem que realmente falamos para desenvolver uma semântica totalmente não descritivista, ele teria que se aproximar do realismo para acomodar seus significados e semântica.

Uma teoria expressivista que se destaca, sobretudo por ter como autor Simon Blackburn, é a chamada *Quasi-Realismo*, nomeada assim por tentar adicionar as intuições do realismo à visão expressivista para contornar os ônus que o irrealismo enfrenta ao tentar negá-las. Um desses ônus é abrir mão de uma intuição arraigada que sustenta o realismo de que juízos normativos são prescritivamente objetivos. Irrealistas ontológicos como

Mackie admitem que não reconhecer esse aspecto da moralidade significa não assumir a moralidade como de fato ela é.

O *quasi-realismo* é entendido como uma teoria expressivista que pretende compatibilizar um entendimento naturalista acerca da natureza e origens dos juízos morais (normativos) eliminando destes qualquer mistério metafísico ou epistemológico com a afirmação sobre a chamada “independência da mente sobre valores”, ou seja, a ideia de que é verdade independentemente de nós, ou de nossas atitudes, avaliações morais como a condenação da crueldade, por exemplo. Mas compatibilizar esses dois aspectos não é tarefa simples (como vimos naturalismo e irrealismo aparentemente estão em campos diferentes), embora seu sucesso possa representar um avanço para o irrealismo.

O *quasi-realismo* fornece uma compreensão minimalista sobre fato e verdade para poder continuar falando sobre verdade ou falsidade normativa, sobre a existência de fatos normativos independentes *etc.*, qualificando o expressivista a falar nos mesmos termos que o realista. Como isso se dá:

O antirrealismo de Blackburn no *quasi-realismo* está alinhado com o naturalismo na afirmação de um mundo físico com causas e efeitos cientificamente explicáveis e negando a existência de propriedades morais com características tão estranhas que as distingue de qualquer outra coisa no universo.

O diferencial da proposta *quasi-realista* é que ela, ao modo de Mackie, não acompanha o irrealismo em todos os sentidos, de modo a preservar algumas características do realismo moral—a saber, a autoridade que as crenças morais têm a reputação de possuir. Sob muitos paradigmas de teorias realistas, essa autoridade está depositada nas crenças morais—**nos juízos morais feitos a partir delas**—porque sua verdade depende de fatos morais sobre o mundo e não sobre a mente daquele que possui essas crenças. A verdade de nossas crenças morais são supostamente “*mind-independent*”.

O antirrealismo é uma ameaça à autoridade moral na postulação de que nossas crenças morais são, de fato, expressões de atitudes não cognitivas, acabando com a questão da verdade moral ao mesmo tempo. Mas,

para preservar a autoridade moral, o *quasi-realismo* tem de superar o obstáculo que representa a característica independente da mente da verdade de nossas crenças morais, e o obstáculo de incorporar na linguagem a expressão de atitudes não cognitivas quando o uso da linguagem moral parece mostrar o contrário. Esse segundo obstáculo é conhecido como *Embedding Problem*, e se trata da questão semântica.

Para fazer frente ao obstáculo representado pela característica independente da mente, Blackburn argumenta que só é preciso fornecer uma teoria minimalista sobre a verdade, e não argumentar sobre as noções do realismo moral, e a esta teoria minimalista da verdade conjugar um requisito de consistência para atitudes. “Properties are the semantic shadows of predicates, and a supervening judgement, whose use of predicates is protected by quasi-realism, may be cited by way of explaining all kinds of things.” (Blackburn, 1993, p. 8). Não é uma proposta modesta como necessidade argumentativa, como ele mesmo reconhece, mas busca ser fiel ao que, para Blackburn, realmente conta para a teoria que propõe, que é a explicação do próprio pensamento moral, ou, mais precisamente, algo que ajude a compreender o papel e o tipo de juízo que está operando na expressão da moralidade.

Tendo raízes no emotivismo (das primeiras versões do não-cognitvismo), o *quasi-realismo* de Blackburn mantém deste que, a despeito de sua aparência realista, nossa semântica moral carece de referências das propriedades morais porque tais referências não existem para serem referidas por nossa semântica. Ao invés disso, nossos proferimentos são **projeções** de nossos próprios sentimentos e complexos desses sentimentos para o mundo. Se reconhecendo, porém, um naturalista na metafísica, ele busca construir uma teoria moral que se ajuste a ideia de que “o mundo físico é tudo que é o caso”. O que significa, dizer que, tal como o quadro fisicista vê o ser humano, ele rejeita qualquer apelo a uma ordem supranatural.

Tendo isto em mente, parece surpreendente que o caminho que Blackburn elege para providenciar uma noção de verdade para nossos juízos morais com a autoridade apresentada pela independência da mente seja combinar duas alegações—que juízos morais expressam atitudes morais

não-cognitivas, e que nós podemos ainda pensar nessas expressões morais como verdadeiras ou falsas em um modo *dependente da mente*.

A necessidade de fugir do espectro do subjetivismo moral é a principal motivação por trás desta escolha. Blackburn quer preservar para sua teoria a possibilidade de desacordo em disputas morais, que é o principal trunfo do realismo que, por sua vez, está apoiado na maneira como nós mesmos nos vemos e à moralidade.

Certamente providenciar uma noção de verdade moral que preserve sua prescritividade, mantendo a bivalência, mas, ao mesmo tempo, negando teorias correspondentistas não é tarefa fácil, por tudo que foi visto até agora. Mas, para Blackburn, isto é importante para o *quasi*-realismo porque representa evitar o subjetivismo, o emotivismo e não se alinhar ao expressivismo, que afinal de contas é correspondentista no sentido de que ele adota a verdade do juízo moral que seria correspondente a atitudes não cognitivas, cuja verdade neste caso é supostamente dependente da mente.

Essas pretensões de Blackburn para sua teoria, independentemente da forma como ele argumenta a seu favor, o compromete com implicações em diversas direções. Uma delas, apontada por David Lewis (2005) e que alinha o *quasi*-realismo ao ficcionalismo moral, advém de uma delas. Para assegurar a bivalência para as atitudes morais, a teoria da verdade de Blackburn terá de permitir que atitudes morais sejam tratadas como se elas fossem mais amplamente bivalentes, ou seja, bivalentes no sentido de que não dependa da mente da pessoa com essa atitude o que elas sejam de fato. Ou, ao menos, mostrar como uma bivalência ampla realmente se reverta para aquelas atitudes. A teoria de Blackburn é conservativa na medida em que se reconhece construtivista. Ela está em oposição direta a uma visão revolucionária. Todo seu esforço se dirige justamente a explicar a linguagem tal qual ela realmente aparece em nosso uso.

Ao imitar o realismo na adoção de sua premissa mais forte, de verdade normativa independente da mente, o *quasi*-realismo também se coloca à mercê das críticas dirigidas ao próprio realismo. Como o realista, ele também deve mostrar como capturar o pensamento e a fala sobre verdades normativas independentes, por exemplo, quando um agente diz que existem verdades normativas independentes, e isso é entendido como uma lista

de afirmações substantivas do tipo: ‘é uma verdade normativa independente que chutar cães por diversão é errado’. Seguindo este entendimento, quando esse agente diz: ‘existem verdades normativas independentes’, ele está expressando sua intenção de não chutar cães por diversão (mesmo para contingências nas quais ela e outros ‘aprovariam’ essa diversão). Mas o que garante que outro agente que concorda que existem verdades normativas independentes não diria: ‘é uma verdade normativa independente que chutar cães por diversão é moralmente permitido’?

Se o *quasi*-realismo tem sucesso no seu projeto de imitar o realismo, então ele deve ser capaz de capturar a ideia de que quando um agente diz: ‘existem verdades normativas independentes’ e outro agente diz a mesma sentença, eles estão concordando em alguma coisa. Mas isso não pode ser assim, se cada um dos agentes estiver meramente afirmando o equivalente à sua própria lista sobre o que são essas verdades. Para acomodar a ideia de que esses agentes estão concordando, é preciso que o *quasi*-realista deva admitir como inteligível algo como: ‘falar sobre verdade normativa independente *como tal*’, ou seja, falar o que não pressupõe nada substantivo sobre o que é a verdade normativa independente em questão.

Mas quando isso é feito, a porta estará aberta para levantar as habituais questões sobre como é que nossas atitudes normativas acabam acertando essas verdades. Se planejamos fazer x mesmo para contingências hipotéticas as quais nós mesmos e outros planejamos fazer algo inteiramente diferente, então podemos perguntar (de nossos pontos de vista como participantes no discurso normativo e colocando entre parênteses nossa visão específica sobre o que x é) como sabemos que não estamos na verdade *em* uma dessas contingências hipotéticas na qual estamos planejando fazer a coisa errada.

Parece, por tudo isso, que a adoção da estratégia da imitação do realismo é questionável tanto no caso de seu sucesso quanto no caso de seu insucesso. No primeiro caso, restaria saber como distinguir as duas, e, no segundo, essa posição falha sob sua própria ótica ao não alcançar seu principal objetivo.

Ao sugerir o *quasi*-realismo, Blackburn tem de lidar com a discussão sobre valores, que, ao contrário do que possa ser afirmado, está longe de

ser resolvida— porque adotar, afinal, como nos alerta Street, a visão de que valores são independentes da mente, se mais coerente seria adotar o oposto: que valores são dependentes da mente, projetados sobre o mundo por criaturas que fazem juízos valorativos? Sob este ponto de vista, o *quasi-realismo* está sujeito à crítica de, por um lado, querer adotar as vantagens do realismo sem os seus ônus e, por outro, não ser irrealista o suficiente quando não consegue se distinguir do realismo em seus próprios termos. A teoria *quasi-realista*, sob essa perspectiva, cria uma zona nebulosa onde não fica clara a vantagem de se manter o expressivismo quando se trata de explicar, na teoria normativa, quando valores dependem de atitudes valorativas ao final e ao cabo.

Referências

- BLACKBURN, S. *Essays in Quasi-Realism*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- MACKIE, J. *Ethics: inventing right and wrong*. London: Penguin, 1974.
- NOLAN, D. *David Lewis*. Chesham: Acumen, 2005.
- RIDGE, M. *Impassioned Belief*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- SMITH, M. *The Moral Problem*. Hoboken: Blackwell Publishing, 1994.
- SCHROEDER, M. *Being For: evaluating the semantic program of expressivism*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- STREET, S. Mind-independence without the mystery: why quasi-realists can't have it both ways. In: SHAFER-LANDAU, Russ (ed.). *Oxford Studies in Metaethics*. Oxford: Clarendon Press, 2011. v. 6. p. 1-32.